

# ACOLHIMENTO DE ESTUDANTES COM NECESSIDADES ALIMENTARES ESPECIAIS NA ESCOLA: ENTRE POLÍTICAS PÚBLICAS E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS EM UM MUNICÍPIO BAIANO

*Adriane Lizbehd Halmann \**

*Arlete Ramos dos Santos \*\**

**RESUMO:** Apesar das condições que implicam restrições alimentares serem cada vez mais frequentes na sociedade e afetarem todos os aspectos da vida de alguns indivíduos, muito pouco se fala sobre as necessidades pedagógicas implicadas nessas condições. Assim surge este estudo, que buscou compreender os processos pedagógicos e curriculares implicados no acolhimento de estudantes com necessidades alimentares especiais. Para isso, foi realizada uma pesquisa qualitativa, com observações e sujeitos envolvidos no acolhimento de estudantes com necessidades alimentares especiais de um município baiano. O estudo demonstrou que existem problemas importantes no fluxo de identificação dos indivíduos com NAE, o que sugere que o número de estudantes atendidos nessa condição seja deveras subestimado. A formação dos professores também se mostrou como um ponto crítico, uma vez que todos os docentes afirmaram não ter visto este tema na sua formação inicial ou continuada. O estudo também demonstrou que existem aspectos que precisam ser fortalecidos, como a atenção integral a estes indivíduos, assim como necessidades especiais não relacionadas a patologias. Conclusivamente, o estudo demonstrou que as necessidades alimentares especiais definitivamente implicam em adaptações pedagógicas, sendo necessário ampliar o diálogo para considerá-las necessidades educacionais especiais.

**PALAVRAS-CHAVE:** Necessidades Educacionais Especiais; Ensino Fundamental; Formação de professores; Educação Alimentar e Nutricional; Doenças Crônicas Não Transmissíveis.

## INCLUSION OF STUDENTS WITH SPECIAL DIETARY NEEDS: BETWEEN PUBLIC POLICIES AND PEDAGOGICAL PRACTICES IN A MUNICIPALITY IN BAHIA

**ABSTRACT:** Despite the conditions that imply dietary restrictions being increasingly common in society and affecting all aspects of some individuals' lives, very little is said about the pedagogical needs involved in these conditions. This is how this study emerged, which sought to understand the pedagogical and curricular processes involved in welcoming students with special dietary needs. To this end, qualitative research was carried out, with observations and subjects involved in welcoming students with special dietary needs in a municipality in Bahia. The study demonstrated that there are important problems in the identification flow of individuals with NAE, which suggests that the number of students served in this condition is greatly underestimated. Teacher training also proved to be a critical point, since all teachers stated that they had not seen this topic in their initial or continuing training. The study also demonstrated that there are aspects that need to be strengthened, such as comprehensive care for these individuals, as well as special needs not related to pathologies. Conclusively, the study demonstrated that special dietary needs definitely imply pedagogical adaptations, making it necessary to expand the dialogue to consider them as special educational needs.

**KEYWORDS:** Special Educational Needs; Elementary School; Teacher training; Food and Nutrition Education; Chronic Noncommunicable Diseases.

---

\* Nutricionista (UFBA), Licenciada em Ciências Biológicas (UFSM), Mestre e Doutora em Educação (UFBA). Professora Titular na Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). E-mail: [alhalmann@uesc.br](mailto:alhalmann@uesc.br) / <https://orcid.org/0000-0001-8312-9077>

\*\* Pós-doutorado em Educação pela UNESP, Doutorado em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais (2013), Mestrado em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais (2010), graduação em Pedagogia pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (2002). Professora Titular da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia no Departamento de Ciências Humanas, Educação e Linguagem (DCHEL). E-mail: [arlerp@hotmail.com](mailto:arlerp@hotmail.com) / <https://orcid.org/0000-0003-0217-3805>

## **Introdução**

As Necessidades Alimentares Especiais (NAE), embora muitas vezes esquecidas pelos principais referenciais que abordam a inclusão de indivíduos com necessidades especiais na escola, são cada vez mais presentes e afetam diretamente aspectos estruturais, formativos e curriculares das escolas. Diz-se que um estudante possui uma necessidade alimentar especial quando o indivíduo vive alguma condição ou característica que implica adaptações relacionadas aos alimentos que tem contato. É o que acontece com as alergias, intolerâncias, doença celíaca, fenilcetonúria, dislipidemias, entre outras. Entretanto, isso vai muito além do que simplesmente o indivíduo come, pois o alimento não apenas nutre, ele é objeto de socialização, é histórico-cultural-socialmente referenciado, faz parte da construção dos saberes dos indivíduos e dos grupos, representa objeto de pertencimento. Assim, além do fornecimento de alimentação adequada, o acolhimento de estudantes com NAE implica adaptações pedagógicas e curriculares (Brasil, 2017).

A alimentação segura e adequada é considerada um direito humano fundamental (Declaração, 1948; Pacto, 1996). No Brasil, a atual Constituição Federal faz constar que a alimentação, assim como a saúde e a educação, são direitos sociais (Brasil, 1988; 2015). Da mesma maneira, a educação é definida pela Constituição Federal e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação como um direito de todos e dever do estado (Brasil, 1988; 1996). Como as crianças passam considerável tempo na escola, fez-se necessário criar instrumentos para que o direito à alimentação fosse contemplado também nesse espaço. Para isso, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) define que a escola pública deve acolher no melhor formato pedagógico e fornecer alimentação adequada e segura para todos, referenciando procedimentos específicos para acolhimento de crianças com Necessidades Alimentares Especiais (NAE) (Brasil, 2009; Brasil, 2017).

Entretanto, tais adaptações curriculares e pedagógicas se inserem em um contexto complexo, com adaptações nada fáceis de serem executadas (Paula, 2016). Isso porque demandam a articulação de profissionais com diferentes saberes específicos, extrapola a formação inicial dos professores e gestores, implica diálogo constante com a família, além de um olhar extremamente sensível para as necessidades especiais do estudante. Além das adaptações diretas sobre a alimentação fornecida – que não serão abordadas nessa publicação, por serem objeto de outra publicação – envolve adaptações físico-funcionais dos espaços escolares (como aqueles destinados à alimentação, as salas de aula e espaços de uso comum), observância dos processos pedagógicos e curriculares específicos, que devem ser considerados para a não estigmatização e exclusão destas crianças dos processos socializadores próprios da educação, bem como a integração deste contexto com a abordagem da educação alimentar devida à escola (Brasil, 1996; Brasil, 2018). Ademais, este é um processo tão complexo que, em alguns casos, existem controvérsias sobre os procedimentos apropriados em relação a cada uma das patologias, o que é agravado pelo fato de que nem todos os profissionais envolvidos na rede de acolhimento das crianças possuem conhecimento sobre as patologias e condições de saúde, tampouco quais adaptações pedagógicas são necessárias para uma

adequada inclusão estes educandos nos processos de ensino e aprendizagem (Paula; Crucinsky; Benati, 2014). Existem também relatos de familiares sobre as dificuldades relacionadas ao acolhimento das crianças, interferindo, inclusive, na permanência das crianças na escola (Paula, 2016).

Tal contexto complexo nos levou a propor a pesquisa que deu origem a esta produção, que buscou, como objetivo geral, compreender os processos pedagógicos e curriculares implicados no acolhimento de estudantes com necessidades alimentares especiais. O *locus* da pesquisa foi definido a partir da identificação da existência de um município, localizado no estado da Bahia, que vem demandando esforços para plena inclusão destes estudantes no contexto escolar. Como objetivos específicos, buscou-se compreender o fluxo de atendimento das crianças com NAE na rede municipal de ensino do município escolhido, bem como a implicação dos diferentes profissionais (como gestores, docentes, nutricionistas e merendeiras); Compreender, a partir das vivências dos pais e estudantes, como tem se efetivado o processo de acolhimento, identificando a efetividade e aspectos críticos; Conhecer, a partir da visão dos docentes que atuam diretamente com as crianças com NAE, as implicações das NAE no processo pedagógico diário, as dificuldades na inclusão destas crianças nos processos socializadores próprios da educação, as lacunas e vivências formativas, bem como a integração deste contexto com a abordagem da educação alimentar na perspectiva inclusiva.

Esta investigação, no momento da sua delimitação, se mostrou relevante, visto que a compreensão das estratégias de acolhimento construídas neste local, bem como sua efetividade, as lacunas e dificultadores, poderia trazer luz à uma problemática diversa e complexa que é vivenciada no país todo. A delimitação de um município de médio porte, onde efetivamente existe uma coordenação de alimentação escolar atuante, delimita esta pesquisa a uma dimensão viável. Este estudo permitiria alcançar, como resultados esperados, em um âmbito local, identificar problemas e dar subsídios para a construção de estratégias mais efetivas, ao passo que, em um âmbito nacional, poderia demonstrar estratégias que, respeitadas as especificidades locais, somam subsídios para a construção de políticas públicas e estratégias para o acolhimento adequado das crianças com necessidades alimentares especiais nas escolas.

## **Metodologia**

Essa pesquisa apresenta-se de natureza básica, com abordagem qualitativa. Segundo Silveira e Córdova (2009, p.34), a natureza básica de uma pesquisa objetiva gerar conhecimentos novos, úteis para o avanço da Ciência, sem aplicação prática prevista. Para Minayo (2002), a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à

operacionalização de variáveis. A pesquisa qualitativa preocupa-se, portanto, com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais (Silveira; Córdova; 2009).

A pesquisa foi realizada na rede municipal de ensino de um município localizado no Estado da Bahia. Este é um município com um dos maiores valores de renda per capita e referente ao Índice de Desenvolvimento do interior do estado da Bahia, com uma tradição no oferecimento dos serviços públicos à população, o que nos fez supor que neste contexto poderíamos identificar estratégias de acolhimento das crianças com NAE. Por outro lado, é um município habitado por pessoas nativas e migrantes de todo o interior do estado. Isso promove uma relativa diversidade na população, o que propicia o aparecimento de diferentes necessidades alimentares especiais entre as crianças, uma vez que muitas delas possuem marcadores genéticos.

De acordo com contato prévio com a Coordenação de Alimentação Escolar, no momento da coleta da pesquisa, o município possuía 30 crianças com NAE cadastradas no Programa Nacional de Alimentação Escolar, distribuídas em 8 instituições de ensino, com as mais diversas necessidades alimentares especiais. Assim, embora estime-se que este número pode abarcar uma subnotificação de casos, este foi tomado para uma previsão de indivíduos a serem abordados na pesquisa. Para alcançar os objetivos da pesquisa, partiu-se do pressuposto que seria relevante ter contato com as nutricionistas responsáveis na coordenação de alimentação escolar do município (2), o gestor de cada uma das escolas (8), a merendeiras de cada escola (8), os docentes diretamente envolvidos com estes discentes (30), os próprios discentes (30) e seus pais ou responsáveis (30).

Antes do início da coleta de dados, esta pesquisa teve tramitação e aprovação em Comitê de Ética em Pesquisa na instituição de origem (CAAE 07616919.9.0000.5526). Após a aprovação, entramos em contato gradualmente com os indivíduos incluídos no escopo da pesquisa, esclarecendo sobre o contexto da pesquisa, convidando-os, um a um, a participar da mesma, constituindo, assim, o Processo de Consentimento Livre e Esclarecido (PCLÉ). Uma vez esclarecidos, os indivíduos registraram o seu desejo de colaborar com a pesquisa por meio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Para alcançar os objetivos propostos, considerou-se adequado utilizar, como instrumento e procedimentos de coleta de dados, a entrevista semiestruturada e a observação dos espaços escolares. A entrevista, assim como pontuado por Duarte, parece ser o instrumento mais apropriado para a coleta com os propósitos desejados:

Entrevistas são fundamentais quando se precisa/deseja mapear práticas, crenças, valores e sistemas classificatórios de universos sociais específicos, mais ou menos bem delimitados, em que os conflitos e contradições não estejam claramente explicitados. Nesse caso, se forem bem realizadas, elas permitirão ao pesquisador fazer uma espécie de mergulho em profundidade, coletando indícios dos modos como cada um daqueles sujeitos percebe e significa sua realidade e levantando informações consistentes que lhe permitam descrever e compreender a lógica que preside as relações que se estabelecem

no interior daquele grupo, o que, em geral, é mais difícil obter com outros instrumentos de coleta de dados. (Duarte, 2004, p. 215).

Optamos pelo modelo de entrevista semiestruturada, por “propiciar situações de contato, ao mesmo tempo formais e informais, de forma a “provocar” um discurso mais ou menos livre, mas que atenda aos objetivos da pesquisa e que seja significativo no contexto investigado e academicamente relevante” (Duarte, 2004, p. 2016). A entrevista utilizada nesta pesquisa busca inquirir sobre aspectos dos quais cada grupo de indivíduos possui um olhar singular. No caso das nutricionistas vinculadas à Coordenação de Alimentação Escolar do Município, coube um diálogo sobre: o processo de implementação do PNAE no municípios, suas dificuldades e limitações; como tem sido a gestão do processo de educação alimentar; culminando com informações sobre o acolhimento das crianças com necessidades alimentares especiais: como é o fluxo de notificação dos casos, quais são as NEA notificadas no município, quais adaptações são pensadas para cada tipo de situação, se há e como ocorre o diálogo com os pais, como funciona a implementação da merenda especial frente a aquisição de produtos apropriados, se existe e como se dá o trabalho com as merendeiras para o provimento desta merenda, lacunas e dificuldades no processo.

Frente aos dados coletados com as nutricionistas, foram identificadas as escolas que possuem crianças com Necessidades Alimentares Especiais regularmente atendidas pelo Programa de Alimentação Escolar. A pesquisa prosseguiu com uma visita a cada uma das escolas, onde procuramos os gestores para devida apresentação da pesquisa e convite para participação na forma de uma entrevista. A coleta com os gestores visava compreender, pelo ponto de vista deles, como se dá o fluxo de tramitação do processo de notificação e acolhimento das crianças com NEA, o diálogo com os pais, como se dá a operacionalização da merenda adaptada, as formas de implementação da educação alimentar na escola, bem como o acolhimento pedagógico das crianças e as respectivas adaptações curriculares.

Nas escolas ainda buscamos contatar as merendeiras (ou também chamadas de “manipuladoras de alimentos”), profissionais que possuem a importante tarefa de executar o cardápio segundo as orientações dos nutricionistas. São estas profissionais que também observam, no dia a dia, as reações das crianças, a aceitabilidade da merenda, os processos sociais desencadeados no momento da merenda, ao mesmo tempo que também vivenciam dificuldades que muitas vezes não possuem visibilidade.

Posteriormente, entramos em contato com os pais das crianças com NEA atendidas pelo PNAE. Este contato foi individualizado, planejado junto de cada escola, que conhece as características deste público, assim como as formas de intervenção com maior sucesso. O contato foi realizado da maneira mais apropriada em cada contexto, conforme sugestão de cada escola. Esta entrevista com os pais buscou compreender como a família descobriu a necessidade da criança, como isso impactou na vida da criança e da família, como soube da possibilidade de adaptação da merenda, como se deu o fluxo de tramitação para a sua inclusão no programa, dos processos de educação alimentar doméstica demandados pela patologia, da inclusão e socialização da criança na escola, o diálogo com os atores escolares (gestão, merendeira, docentes, outros pais e alunos), assim como as dificuldades enfrentadas.

Durante a conversa com os pais também solicitamos permissão para conversar com a criança e, no caso de concordância de ambos, realizamos uma entrevista adaptada à linguagem adequada de cada criança, buscando compreender como as crianças se percebem na escola, questionando aspectos como: se gostam e comem a merenda, o que não gostam, se se sentem seguros, como acontece o momento da alimentação, se a criança se sente incluída ou excluída dos processos socializadores da escola por conta das restrições alimentares, se possui alguma dificuldade com os coleguinhas, se se sente apoiada pela professora e por outros profissionais da escola.

Durante este processo, também entramos em contato com as professoras que atuam diretamente com as crianças com NAE. Entendemos que o professor é essencial no acolhimento destas crianças, contudo, sabemos que os aspectos formativos referentes à educação alimentar são escassos na formação inicial, fazendo com que a inclusão destas crianças represente um grande desafio para os docentes. Estes foram convidados a participar da pesquisa, compartilhando conosco os processos pedagógicos que foram desencadeados pela inclusão da criança com NAE na escola, desde uma perspectiva mais ampla de educação alimentar até aspectos mais específicos referentes ao acolhimento destas crianças nos processos pedagógicos e socializadores cotidianos da escola.

Todos os dados coletados foram submetidos ao método de tratamento e posterior análise. Durante o processo de tratamento foi suprimida toda e qualquer identificação dos participantes que porventura tenha sido coletada, substituindo os nomes por um código. As nutricionistas foram identificadas respectivamente por Nut1 e Nut2. Os gestores foram identificados pela letra G, as manipuladoras de alimentos/merendeiras foram identificadas pela letra M, os docentes pela letra D, os estudantes pela letra E e os pais ou responsáveis pela letra P. Para melhor identificação, cada escola passou a ser identificada por um número de 1 a 8, acrescido à letra que identificava cada informante da pesquisa.

A análise dos dados coletados foi dada pela Análise Textual Discursiva. Segundo Moraes (2003, p. 192), a Análise Textual Discursiva:

[...] pode ser compreendida como um processo auto-organizado de construção de compreensão em que novos entendimentos emergem de uma sequência recursiva de três componentes: desconstrução do corpus, a unitarização, o estabelecimento de relações entre os elementos unitários, a categorização, e o captar do novo emergente em que nova compreensão é comunicada e validada. (Moraes, 2003, p. 192).

Nessa perspectiva, o pesquisador em Educação seleciona o material para análise, delimitando-o conforme os objetivos da pesquisa e, no contínuo, prosseguindo com sua leitura e desenvolvimento da análise (Medeiros; Amorim, 2017). Esse movimento de apropriação do assunto é denominado unitarização.

Unitarizar é interpretar e isolar ideias de sentido sobre a temática investigada. Compõe leitura sensível, atenta e cuidadosa dos textos e/ou discursos dos sujeitos da pesquisa, momento no qual o investigador em Educação não pode deixar de assumir suas interpretações (Moraes; Galiazzi, 2006).

Um segundo passo é a reorganização das unidades de sentido torno de categorias de análise, em um processo de categorização. A categorização implica em um processo de síntese de informações de pesquisa, concretizados por comparação e diferenciação de elementos unitários, resultando em formação de um conjunto de elementos que possuem algo em comum (Moraes; Galiazzi, 2006).

Neste artigo serão priorizados resultados referentes a três das categorias estudadas. A primeira delas diz respeito aos fluxos estabelecidos na rede de ensino para que seja identificada a criança com necessidades alimentares especiais. Em continuidade, serão abordados os movimentos processados pela escola para acolher adequadamente este estudante, abordando os saberes docentes, as adaptações alimentares, estruturais, pedagógicas e curriculares encontradas. Por fim, a última categoria que será aqui abordada diz respeito a um olhar por e para os estudantes e seus pais ou responsáveis, trazendo um olhar de quem é acolhido e para além da escola.

Ao buscar essa significação dos conteúdos referentes à educação alimentar durante a pesquisa, foi possível entender o processo de acolhimento das crianças com necessidades alimentares especiais nas escolas. Esse processo é caracterizado pela transformação em texto das análises das unidades organizadas em categorias, textos que encaminham descrições e interpretações capazes de apresentar novos modos de compreender os fenômenos investigados (Moraes; Galiazzi, 2006).

## **Resultados**

A inclusão integral de estudantes com necessidades alimentares especiais nas escolas implica em um conjunto de cuidados, que vai desde a identificação dos indivíduos, a construção de um plano individualizado, que pode implicar diferentes formas de adaptação específicas, que vão muito além do fornecimento de alimentos adequados. Um primeiro questionamento diz respeito à identificação dos indivíduos com necessidades alimentares especiais.

Para tanto, o Caderno de Referência sobre Alimentação Escolar para Estudantes com Necessidades Alimentares Especiais (Brasil, 2017) sugere um fluxo de acolhimento. Esse fluxograma prevê que a identificação dos estudantes com necessidades alimentares especiais poderia se dar por cinco portas de entrada, sendo a (1) demanda espontânea na escola; (2) a suspeita de demanda na escola; (3) a declaração na matrícula; (4) o encaminhamento pelo setor de saúde, notadamente pelas equipes do Programa Saúde na Escola (PSE); (5) e o diagnóstico nutricional. Esse mesmo documento sugere que sejam afixados cartazes em lugares de boa visualização na escola, para informar aos pais e responsáveis

que estudantes com necessidades alimentares especiais possuem direito a um cardápio especial e toda uma adaptação pedagógica adequada.

Ao visitar as escolas, foram observados os murais, entretanto, não foi observada a disponibilização de avisos que informassem sobre o direito ao acolhimento especial dos alunos com necessidades alimentares especiais. Como todas as portas de entrada passam em algum momento, pelo gestor das escolas, perguntamos sobre como são identificados os estudantes. Todos os gestores informaram que os alunos identificados compareceram com laudo de profissional da saúde, informando condição de saúde. Vale salientar a fala de uma das gestoras:

Eu não tenho o número exato para te passar agora, mas a maioria dos laudos são de clínicas populares. Poucos dos laudos são de Unidades Básicas de Saúde ou de qualquer unidade do SUS, porque o atendimento com o especialista no SUS demora anos. Aí eles [as famílias dos estudantes NAE] vão em uma clínica popular de bairro. Nós acatamos e damos a atenção que é solicitada no laudo, mas muitas vezes o laudo não traz as informações completas, muitas vezes percebemos que nem a família foi informada direito do que é que a criança tem ou precisa de atenção em casa. Aqui mesmo tivemos mais de um caso que a nutricionista do CAE teve que entrar em contato com a família e com o médico para entender o que era que a criança tinha, para então saber como proceder. Teve outro caso de um aluno com autismo que o médico enviou um laudo pedindo para cortar o glúten, mas nem a nutricionista conseguiu entender se ele fez realmente o procedimento correto para indicar a exclusão de glúten. O acolhimento deveria começar por uma rede de saúde ágil e eficiente, que conversasse com a escola. G3.

Nesse sentido, Castro e Castro (2014) chamam atenção para o fato de que uma inclusão adequada não depende só da escola. Segundo Castro e Castro

As necessidades alimentares especiais são uma realidade para parcelas expressivas da população brasileira. Entretanto, permanecem invisíveis e/ou secundarizadas na agenda da saúde. A construção e a garantia da atenção qualificada às pessoas com essas necessidades devem ser assumidas como fundamentais para a construção da equidade no cuidado em saúde. (Castro; Castro, 2014, p. 197)

Nesse caso, é necessário fortalecer também o sistema de saúde com infraestrutura, profissionais com formação adequada, em número suficiente, disponíveis nas redes de atenção das capitais e dos municípios do interior. Além disso, temos uma situação que envolve diferentes esferas da sociedade, mas cujo diálogo parece ser frágil no atendimento a estes indivíduos, como entre a atenção primária à saúde, as famílias e unidades educacionais.

Esse diálogo é especialmente importante quando entendemos que o acolhimento pedagógico é de responsabilidade de professores que não possuem, em sua formação inicial, disciplinas que abordem tal acolhimento. Perguntamos aos docentes que trabalhavam com as crianças identificadas como NAE, das quais destacamos algumas aqui:

Eu nunca tive alguma formação sobre isso. Nenhuma disciplina na graduação. Nem nessas ações de formação continuada, nunca tinham me falado que uma criança com alguma alergia ou dessas necessidades tinha alguma repercussão na minha prática pedagógica. D7.

Confesso que foi uma surpresa pra mim e eu não sabia como lidar com isso. Quando a aluna [nome suprimido] veio com o laudo de que era APLV e Celíaca, foi um susto imenso, porque ninguém sabia que poderia ter glúten na tinta que usamos para pintar o rosto das crianças, que poderia ter leite naquele pozinho dentro do balão! Nós só nos demos conta do tamanho do problema quando percebemos que ela faltava em todos os dias que tinha festinha dos amiguinhos. Uma vez por mês fazemos um aniversário coletivo e ela nunca participava. A festa tem um propósito pedagógico e ela não participava porque até então nós nem sabíamos que uma coisa tinha a ver com a outra. D5

Isso realmente faltou na minha formação inicial. O que eu sei foi pelo que eu pesquisei depois que o [nome suprimido] veio para nós. E eu tenho que ficar atenta o tempo todo. Outro dia eu tinha programado fazer um pão com eles para trabalhar os conteúdos, mas como eu faria isso se ele tem alergia a trigo? Só de estar no mesmo ambiente poderia ser um risco para ele. Foi até um trabalho bem grande com os pais dos coleguinhas para não mandar biscoito para merendar... D8

Estas falas evidenciam um necessário repensar da formação docente. Apesar de a Educação Alimentar e Nutricional ser considerada um tema transversal (Brasil, 2018), este tema possui inclusão tímida na formação de professores. Segundo Bezerra e Gomes (2023, p. 26), “esse assunto não tem sido objeto de estudo nos cursos de licenciatura, notadamente, o Curso de Pedagogia, que forma o profissional da educação que tem atuação mais significativa na formação escolar inicial, período em que se formam valores, hábitos e atitudes, inclusive os alimentares”. O alimento possui uma relação intrínseca com a vida cotidiana, com a cultura, com a sociedade e com os saberes escolares, entretanto, é basicamente ignorado na formação docente. Na ausência da formação adequada, vemos práticas inadequadas (como o uso de alimentos como premiação) e insegurança em vários temas, dentre eles como acolher algum aluno com necessidades alimentares especiais.

Dentre os materiais disponíveis às práticas pedagógicas, destacamos os materiais de consumo e os livros didáticos. Sobre os livros didáticos adotados nas oito escolas, apenas um deles abordava uma NAE. Nesse livro foi encontrado um box com o caso de um menino com intolerância a lactose, incentivando a inclusão nas atividades sociais. Entretanto, os demais livros foram analisados e não foi encontrada nenhuma outra menção a qualquer outra NAE ou às condições que levam a tais necessidades.

Na escola 3, ao perguntarmos à gestora se o acolhimento de um aluno com doença celíaca e intolerante a lactose levou a uma revisão dos materiais escolares, a gestora fitou atentamente e nos revelou que os materiais de consumo que a escola possui são arrecadados por doações entre os pais e alguns parceiros da escola. Ela foi então ao armário onde ficam os materiais e começou a ler os rótulos e, para seu espanto, existia um balão com o alerta de que poderia conter leite. E ressalta:

Nossa, eu nunca imaginava que uma necessidade alimentar tinha alguma relação com essas coisas, e imagina se essa criança bota esse balão na boca! Imagina se fosse uma criança com alergia! E olha esses outros aqui [e aponta para um conjunto de tintas e giz de cera] esses nem sequer dizem o que é que tem neles! Olha isso aqui [pega um conjunto de canetinhas], isso vem sem nem rótulo! Como eu faço para descobrir se eu posso ou não dar isso para eles? E como eu vou fazer se isso nem é compra do município, isso tudo é doação dos próprios pais, que compram o mais baratinho que o dinheiro dá! G3

Sobre esse aspecto, o Caderno de Referência indica que

Além dos alimentos, também deve ser realizada a análise criteriosa de rótulos de materiais escolares como: massa de modelar; giz de cera; giz de lousa; tinta. Produtos de higiene, como sabonete em barra e líquido, xampu, talco e cosméticos – incluindo o sabão de máquinas de fazer espuma e talco de balões para festas infantis –, podem ocorrer em escolas e pode conter leite e/ou trigo. (Brasil, 2017, p. 33)

Apesar de existir a orientação para os profissionais da escola, devemos lembrar que esta é uma questão muito mais complexa. Uma indicação de poucas linhas entre tantos documentos que devem ser seguidos, pode facilmente passar despercebida. Uma menção pontual não configura a necessária formação que os docentes e todos os funcionários da escola deveriam ter. Além disso, a fala da diretora demonstra que a efetivação da política pública necessita de investimentos, pois o diretor não consegue controlar a aquisição dos itens quando estes não são adquiridos via aquisição institucional. Ainda em relação aos materiais escolares, devemos lembrar que, diferente dos alimentos, estes não possuem a obrigatoriedade de informar os ingredientes ou qualquer alerta da presença de alérgenos, o que torna este controle ainda mais difícil.

Além dos gestores e docentes, um grupo que não pode ser esquecido é o das manipuladoras de alimentos, também conhecidas como merendeiras. São elas que executam os cardápios que são elaboradas pelas nutricionistas. São elas que preparam e porcionam os alimentos, são responsáveis pelo armazenamento dos insumos e gestão do estoque. Além disso, muitas delas mantêm uma relação afetiva muito próxima a todos os alunos, a ponto de conhecer a maioria pelo nome, saber das restrições e preferências de muitos. No caso do preparo de alimentos especiais, acaba sendo necessário ter atenção para uma série de cuidados, como ler os ingredientes de cada insumo antes do preparo, cuidados no armazenamento e no preparo para a não contaminação, cuidado na higienização dos utensílios... Uma das manipuladoras nos trouxe o seguinte relato:

Aqui temos uma aluna que ficou sofrendo muito tempo. Eu sempre via que ela tinha diarreia. Mas eu tenho todo o cuidado com a comida que eu preparo, eu sabia que não era nenhum problema de higiene, mas ela tinha algum problema com a comida. Conversei com a diretora, que chamou a mãe para alertar. A mãe levou no médico, que descobriu que ela é celíaca e APLV. No começo foi muito difícil preparar a comida para ela, porque as coisas que mandavam eram muito estranhas, ruins mesmo. Mandavam um beiju seco que a bichinha ficava com a boca toda machucada de tão duro que era. Nem eu não conseguia comer. Mas agora conseguimos uma frigideira separada para ela e eu faço uma tapioca, um ovo e ela toma um leite de amêndoas. Ainda não é o ideal, porque a comida dela é completamente diferente dos coleguinhas. E eu também não sei se é o melhor do ponto de vista nutricional, porque outro dia li a lista de ingredientes desse leite de amêndoas e tem tanta coisa que não conheço... Mas agora parece que está dando certo, pelo menos ela não tem mais diarreia, consegue ficar na aula, consegue prestar atenção e não falta mais. Eu fico muito feliz quando os alunos ficam felizes com a minha comida! M5

Todas as manipuladoras relataram que periodicamente participam de formações sobre boas práticas e outros assuntos relacionados à produção dos alimentos, mas que nunca participara de uma

formação sobre como preparar alimentos para os alunos com NAE. Entretanto, todas relataram que, ao ser identificado um aluno com NAE, a nutricionista do CAE vinha até a escola e dava todas as orientações sobre o preparo.

Neste artigo não analisaremos os cardápios e a aquisição de alimentos especiais, pois este é tema de outra produção derivada da mesma pesquisa, onde estes temas são aprofundados. Entretanto, a fala da manipuladora acima nos remete para algumas questões a refletir. Do ponto de vista da inclusão, seria interessante que todas as crianças recebessem alimentos semelhantes, mas como fazer isso se uma das crianças possui uma restrição justamente a este alimento? No caso desta aluna, ela não poderia comer o pão por ser celíaca. Existiria a possibilidade de comprar um pão sem glúten, mas como fazer isso se este pão especial extrapola muito a verba existente? Ela também nos chama atenção de que não bastava ser sem glúten, deveria ter aceitação, pois de nada adiantaria fornecer um beiju que seguramente é sem glúten, mas que a criança não consegue consumir. Além disso, ela também, apesar de não ter sido abordado em nenhuma das formações, observou que aquele leite de amêndoas era um ultraprocessado que contraria as indicações da alimentação saudável, mas como é possível ter este nível de controle em produtos adquiridos por licitação ou compra pública?

O caso relatado pela manipuladora evidencia a importância do trabalho multiprofissional, com professores, nutricionista e família. A família da criança é um elo essencial neste processo. Para muitas, o diagnóstico da criança representa um desafio também em casa. Para outras, este é um mundo desconhecido. A mãe da criança cujo relato da manipuladora acima reforça que:

No caso da minha filha, foi difícil descobrir o que era, mas quando eu descobri que aquilo tudo era por causa de algumas coisas que ela comia, foi um alívio! Agora eu tenho a minha filha de volta! Toda vez que ela comia as coisas que agora a gente sabe que ela não pode, ela ficava molinha, sem vontade, a professora se queixava que ela era desatenta. Eu agradeço muito pelo trabalho da nutricionista do município, a diretora e a merendeira, porque eu trabalho na feira, não sei o que eu faria se a minha filha não conseguisse comer na escola. Eu ia ter que acabar tirando ela da escola. P5

Esta mãe nos relata que a alimentação adequada significa a chance de desenvolvimento físico, intelectual e motor da criança. Mais do que isso, significa a chance de permanência da criança na escola. Entretanto, para que este acolhimento seja exitoso, é fundamental que se estabeleça uma parceria entre família e escola, assim como também já foi colocado por Szinwelski, Lopes e Taglietti (2019). Estes mesmos autores também afirmam que muitas vezes os familiares muitas vezes não são adequadamente instruídos, o que também foi possível verificar nas falas abaixo:

Pois é, o médico deu esse laudo de que a minha filha é obesa e precisa de alimentação com menos caloria, mas eu nem acho que ela é tão gordinha assim. Aí no começo teve uma época que davam menos comida para a minha filha, mas aí eu vim aqui, conversei com elas e acabei com isso. M2

Meu filho teve esse diagnóstico de doença celíaca e a nutricionista falou que tinha que cortar toda a farinha e trocar as bacias em casa, mas eu não tenho dinheiro pra isso e ninguém lá em casa vai fazer isso. M12

Enquanto temos pais que desconhecem (alguns até negligenciam) os cuidados com os escolares, existem outros pais que nos trazem questões que nos fazem pensar, como nesse caso relatado pela gestora 3:

Aqui teve um problema com um aluno que tomou café e ele não podia. Esse documento do PNAE fala que necessidade alimentar especial é quando existe uma doença, mas e quando a criança vem de uma questão religiosa ou ideológica dos pais? Para as crianças vegetarianas até tem uma resolução que diz pra fornecer alimentação vegetariana para essas crianças. E ser vegetariano não é doença. Mas aí eu tenho uma criança que é da igreja Mórmon e não toma café. Eu sempre compro do meu bolso um pouco de café de cevada pra ele, mas teve um dia que ele tomou o café normal e deu a maior confusão com a mãe dele, porque ele chegou em casa contando que o café estava mais gostoso. E aí, necessidade especial é só quando tem alguma doença? G3

Esta fala, assim como todas as anteriores, ilustra a complexidade do tema. Realmente, não existe resposta para esta questão nos documentos da política pública que norteia a inclusão destas crianças. Em alguns trechos existe menção à obrigatoriedade de um laudo de médico ou nutricionista, em outros momentos é afirmado que seriam todas as condições que exijam adaptações relativas aos alimentos. Todas as questões aqui levantadas reforçam a importância de uma política pública que preveja o acolhimento escolar adequado para todo, ao mesmo tempo que ratifica que é necessário prosseguir o diálogo, aprofundar as discussões e prever as condições adequadas para o acolhimento desejado.

### **Considerações finais**

Os resultados do estudo aqui apresentado ajudam a compreender alguns dos aspectos do acolhimento de alunos com necessidades alimentares especiais na escola. Mais do que o fornecimento de alimentação adequada, o estudo mostra que são necessárias diversas adaptações pedagógicas e curriculares, com especial preocupação para a formação dos profissionais envolvidos nesse acolhimento. O estudo mostra que a política pública existente é essencial para possibilitar que a escola seja um local seguro e inclusivo para os estudantes com NAE, entretanto, também demonstra que existem vários pontos críticos e dificuldades. Os resultados demonstraram que a atenção no espaço escolar é imprescindível para desenvolvimento dos estudantes NAE, mas também mostrou que é necessário fortalecer uma rede de atenção primária à saúde, a estrutura da escola, a formação dos profissionais da educação e a construção de materiais didáticos. Por fim e ao cabo, o estudo demonstra que as necessidades alimentares especiais representam necessidades pedagógicas especiais e que precisam ser assim abordados nas políticas públicas e na formação dos professores e profissionais da saúde.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Caderno de referência sobre alimentação escolar para estudantes com necessidades alimentares especiais**. Programa Nacional de Alimentação Escolar. – Brasília: FNDE, 2017.

Disponível em < <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pnae/manuais-e-cartilhas/caderno-de-referencia-alimentacao-escolar-para-estudantes-com-necessidades-alimentares-especiais>> Acesso em 25 out 2025.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)>. Acesso em 28 set. 2024.

BRASIL. **EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 90, DE 15 DE SETEMBRO DE 2015**. Senado Federal, 1988. Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc90.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc90.htm)>. Acesso em 28 set. 2024.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996. Disponível em:<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm)>. Acesso em 28 set. 2024.

BRASIL. **LEI Nº 11.947, DE 16 DE JUNHO DE 2009**. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2009/Lei/L11947.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11947.htm)> Acesso em 26 nov 2024.

BRASIL. **LEI Nº 13.666, DE 16 DE MAIO DE 2018**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para incluir o tema transversal da educação alimentar e nutricional no currículo escolar. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2018/lei/L13666.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13666.htm)>. Acesso em 26 nov 2024.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais**. Brasília, DF, 1998. 436p.

CASTRO, Luciana Maria Cerqueira; CASTRO, Inês Rugani Ribeiro de. **NECESSIDADES ALIMENTARES ESPECIAIS: O CUIDADO E A BUSCA DA EQUIDADE NA ATENÇÃO À SAÚDE. DEMETRA: Alimentação, Nutrição & Saúde**, Rio de Janeiro, v. 9, p. 197–198, 2014. DOI: 10.12957/demetra.2014.11953. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/demetra/article/view/11953>. Acesso em: 9 nov. 2025.

CRUCINSKY, Juliana; DAMIÃO, Jorginete de Jesus; CASTRO, Inês Rugani Ribeiro de. Fragilidades no cuidado em saúde às pessoas com desordens relacionadas ao glúten. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 37, n. 2, p. e00244219, 2021. Disponível em < <https://doi.org/10.1590/0102-311X00244219>>. Acesso em: 9 nov 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**, 1948. Disponível em: <https://www.ohchr.org/en/human-rights/universal-declaration/translations/portuguese>. Acesso em: 27 set 2018.

DUARTE, Rosália. Entrevistas em pesquisas qualitativas. **Educar em Revista**, [S. l.], v. 20, n. 24, p. 213–225, 2004. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/educar/article/view/2216>. Acesso em: 28 set 2025.

MEDEIROS, Emerson A.; AMORIM, Giovana C. C. Análise textual discursiva: Dispositivo analítico de dados qualitativos para a pesquisa em educação. **Laplage em Revista Sorocaba**, v. 03, n. 03, p. 247-260, set./dez., 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.20500/v15i33.34603>>. Acesso em: 19 mai. 2023.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2002.

MORAES, Roque. Uma tempestade de luz: a compreensão possibilitada pela análise textual discursiva. **Ciência & Educação (Bauru)**, v. 9, n. 2, p. 191–211, 2003. Disponível em <<https://doi.org/10.1590/S1516-73132003000200004>>. Acesso em 27 nov 2024.

MORAES, Roque; GALIAZZI, Maria do Carmo. Análise textual discursiva: processo reconstrutivo de múltiplas faces. **Ciência & Educação (Bauru)**, v. 12, n. 1, p. 117–128, jan. 2006. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1516-73132006000100009>>. Acesso em 27 nov 2024.

PAULA, Flávia Anastácio. Desconhecimento, invisibilidade, vulnerabilidade e negligência: a percepção dos familiares da criança celíaca sobre suas necessidades alimentares especiais na escola. **Revista Faz Ciência**, [S. l.], v. 18, n. 28, p. 174, 2016. DOI: 10.48075/rfc.v18i28.15146. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/fazciencia/article/view/15146>. Acesso em: 9 nov. 2024.

DE PAULA, Flavia de Anastácio; CRUCINSKY, Juliana; BENATI, Raquel. Fragilidades da atenção à saúde de pessoas celíacas no Sistema Único de Saúde (SUS): a perspectiva do usuário. **DEMETRA: Alimentação, Nutrição & Saúde**, Rio de Janeiro, v. 9, p. 311–328, 2014. DOI: 10.12957/demetra.2014.10499. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/demetra/article/view/10499>. Acesso em: 9 nov. 2024.

SZINWELSKI, Nadia Kunkel; LOPES, Kethlin; TAGLIETTI, Roberta Lamonatto. Escolares com necessidades alimentares especiais: o papel da família e da escola. In: **Anais do 6º Congresso Internacional em Saúde: Vigilância em Saúde: Ações de promoção, prevenção diagnóstico e tratamento**, 2019, Ijuí-RS. p. 1-12. Disponível em <<https://www.unijui.edu.br/eventos/6-congresso-internacional-em-sade-578>>. Acesso em: 9 nov. 2024.

*Recebido em: 25 de outubro de 2025.  
Aprovado em: 08 de novembro de 2025.*